

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA 55/2021 - GESTÃO, AVALIAÇÃO, INCORPORAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

**Objeto:** APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL O ÂMBITO DA CONITEC

**Termo de Execução Descentralizada:** 55/2021

**Data publicação:** 23/11/2021

**Prazo de vigência:** 23/11/2021 a 19/11/2023

**Unidade Descentralizada:** Universidade Federal da Bahia - UFBA

**Valor Global:** R\$ 1.436.105,00

**Valor de Repasse:** R\$ 1.436.105,00

**Ano:** 2021

**Nº Processo:** 25000.003673/2020-02 e ratificada Processo 25000.000686/2021-01

**Órgão Superior:** Ministério da Saúde

**Unidade Gestora:** Fundo Nacional de Saúde

**SIPAC:** 285/2021

**PROCESSO UFBA:** 23066.053944/2021-53

**COORDENADORA:** MONICA DE OLIVEIRA NUNES DE TORRENTE

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS Nº 55/2021 QUE ENTE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E O/A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/BA, VISANDO FORTALECER O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.493/0001-71, doravante denominado simplesmente DESCENTRALIZADORA, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, em Brasília/DF, neste ato representado pelo(a) Secretário Executivo Substituto, ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS, nomeado pela Portaria de 28/04/2021, publicado no DOU de 29/04/2021 portador(a) do RG n 587424, expedido pela SSP/ES, e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 466.782.555-34 e a(o) UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/BA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.180.714/0001-04, doravante denominado(a) simplesmente DESCENTRALIZADA, situada no(a) Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela, FAculdade de Educacao Canela, neste ato representado por seu(ua) REITOR, JOAO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA, portador(a) do RG nº 0137079222, expedido pelo(a) SSP/BA, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 356.474.425-87.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Execução Descentralizada de Recursos, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 8.080, de 19, de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro 1990, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020), (LOA/2021) Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, regulamentado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, consoante o processo administrativo n. 25000.151095/2021-92, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Execução Descentralizada de recursos tem por objeto firmar Cooperação para o(a) APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL O ÂMBITO DA CONITEC, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do Plano de Trabalho firmado entre as partes, dispondo dos objetivos, metas, especificações técnicas a ele vinculado e prazo de execução, que passa a se constituir em parte integrante do presente Termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integra este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho, proposto pela DESCENTRALIZADA e aprovado pela DESCENTRALIZADORA, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única - Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da DESCENTRALIZADORA.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Termo de Execução Descentralizada, são obrigações dos partícipes:

### I – DA DESCENTRALIZADORA:

- a) analisar e aprovar os pedidos de descentralização de créditos;
- b) analisar, aprovar e acompanhar a execução do plano de trabalho;
- c) descentralizar os créditos orçamentários;
- d) repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- e) aprovar a prorrogação da vigência do Termo de Execução Descentralizada ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020;
- f) aprovar as alterações no Termo de Execução Descentralizada;
- g) solicitar relatórios parciais de cumprimento do objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- h) analisar e manifestar-se sobre o relatório de cumprimento do objeto apresentado pela unidade descentralizada; e
- i) instaurar tomada de contas especial, quando cabível.

### II – DA DESCENTRALIZADA:

- a) elaborar e apresentar o plano de trabalho;
- b) apresentar a declaração de capacidade técnica necessária à execução do objeto;
- c) apresentar a declaração de compatibilidade de custos;
- d) executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- e) aprovar as alterações no Termo de Execução Descentralizada de Recursos;
- f) encaminhar à unidade descentralizadora:
  - f.1) relatórios parciais de cumprimento do objeto, quando solicitado; e
  - f.2) o relatório final de cumprimento do objeto.
- g) zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- h) citar a unidade descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do Termo de Execução Descentralizada de Recursos, quando necessário; e
- i) instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à unidade descentralizadora.

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Execução Descentralizada de Recursos terá vigência 726 (setecentos e vinte e seis) dias, prazo este fixado para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, limitada a:

I - 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 10, caput do Decreto nº 10.426, de 2020.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Execução Descentralizada, neste ato fixados no corrente exercício no montante de R\$ 1.436.105,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, cento e cinco reais), na forma a seguir descrita, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, com a seguinte disposição e classificação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.303.5020.20K3.0001	33.90.39	6153000000

- UG/GESTÃO REPASSADORA: 257001/00001

- UG/GESTÃO RECEBEDORA: 153038/15223

Subcláusula Primeira – No Termo de Execução Descentralizada de Recursos constará a indicação da classificação funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa, por meio de certificação orçamentária, hipótese em que a nota de movimentação de crédito será emitida após a publicação do termo, com a indicação obrigatória do número de registro do instrumento junto ao SIAFI.

Subcláusula Segunda - A descentralização de crédito orçamentário a ser transferido pela DESCENTRALIZADORA nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e formalizada por meio de inserção orçamentária.

Subcláusula Terceira – Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação da DESCENTRALIZADORA.

Subcláusula Quarta – A DESCENTRALIZADA obriga-se a incluir em seu orçamento as descentralizações de crédito orçamentárias para a execução deste Termo de Execução Descentralizada.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência desse Termo de Execução Decentralizada poderá ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

Subcláusula Primeira: Excepcionalmente, a vigência do Termo de Execução Descentralizada de Recursos poderá ser prorrogada por até doze meses, além do prazo previsto no caput, mediante justificativa da unidade descentralizada e aceite pela unidade descentralizadora, nas hipóteses em que:

I - tenha ocorrido atraso na liberação dos recursos financeiros pela unidade DESCENTRALIZADORA;

II - tenha ocorrido paralisação ou atraso na execução do objeto pactuado em decorrência de:

- a) determinação judicial;
- b) recomendação de órgãos de controle; ou
- c) em razão de caso fortuito, força maior ou interferências imprevistas; ou

III - o objeto destine-se à execução de obras, de projetos e de serviços de engenharia.

Subcláusula Segunda: A prorrogação de que trata o caput deverá ser compatível com o período em que houve o atraso e deverá ser viável para conclusão do objeto pactuado.

Subcláusula Terceira: Na hipótese prevista no item I da Subcláusula Primeira, o Termo de Execução Descentralizada de Recursos será prorrogado de ofício pela DESCENTRALIZADORA, em prazo limitado ao período de atraso.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

Subcláusula Primeira: A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados observará as características da ação orçamentária constantes do cadastro de ações, disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, e poderá ser:

I - direta, por meio da utilização da força de trabalho da DESCENTRALIZADA;

II - por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública; ou

III - descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Subcláusula Segunda: Na execução descentralizada de que trata o item III da Subcláusula Primeira, a DESCENTRALIZADA poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 1994, observada a legislação aplicável a cada tipo de ajuste e mediante previsão expressa no Termo de Execução Descentralizada.

Subcláusula Terceira: No pagamento de despesas relativas a custos indiretos necessários à consecução do objeto é permitido utilizar até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global pactuado, mediante previsão expressa no plano de trabalho.

Subcláusula Quarta: O limite de que trata Subcláusula Terceira, poderá, excepcionalmente, ser ampliado pela DESCENTRALIZADORA, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da DESCENTRALIZADA e aprovação pela DESCENTRALIZADORA.

## CLÁUSULA OITAVA – DA SUBDESCENTRALIZAÇÃO

É permitida a subdescentralização entre a DESCENTRALIZADA e outro órgão ou entidade da administração pública federal, hipótese em que a unidade responsável pela execução observará as regras estabelecidas no Termo de Execução Descentralizada de Recursos.

Subcláusula Única - Nas hipóteses de subdescentralização dos créditos orçamentários, a delegação de competência prevista no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.426/2020 fica estendida às unidades responsáveis pela execução final dos créditos orçamentários descentralizados.

#### CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Incumbe à DESCENTRALIZADORA e à DESCENTRALIZADA a responsabilidade de exercer as atribuições de monitoramento e avaliação da conformidade física durante a execução do Termo de Execução Descentralizada, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução.

Subcláusula Primeira - No prazo de vinte dias, contado da data da celebração do Termo de Execução Descentralizada, a DESCENTRALIZADORA e a DESCENTRALIZADA designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do instrumento e exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado.

I – O ato de designação dos gestores titulares e suplentes do Termo de Execução Descentralizada de Recursos será publicado no sítio eletrônico oficial da DESCENTRALIZADORA e da DESCENTRALIZADA.

Subcláusula Segunda - No exercício das atividades de monitoramento e de avaliação da execução física, a DESCENTRALIZADORA poderá:

I - solicitar relatórios parciais de execução, a qualquer tempo;

II - utilizar o apoio técnico das suas unidades finalísticas; e

III - firmar parcerias com outros órgãos ou entidades da administração pública ou com entidades privadas sem fins lucrativos.

Subcláusula Terceira – Constatados indícios de irregularidades durante a execução do Termo de Execução Descentralizado, a DESCENTRALIZADORA suspenderá as descentralizações e estabelecerá o prazo de 30 (trinta dias), contado da data da suspensão, para que a DESCENTRALIZADA apresente justificativas.

Subcláusula Quarta – O prazo previsto na Subcláusula Terceira poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

Subcláusula Quinta - Após o encerramento do prazo previsto na Subcláusula Terceira, a DESCENTRALIZADORA manifestará o aceite ou rejeição das justificativas apresentadas pela DESCENTRALIZADA, com a fundamentação de sua avaliação e decisão sobre:

I - a possibilidade de retomada da execução do objeto; ou

II - a rescisão do Termo Execução Descentralizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A avaliação dos resultados do Termo de Execução Descentralizada de Recursos será feita por meio da análise do relatório de cumprimento do objeto.

Subcláusula Primeira - A DESCENTRALIZADA encaminhará a DESCENTRALIZADORA relatório de cumprimento de objeto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto.

Subcláusula Segunda - Caso o relatório de cumprimento do objeto não seja apresentado no prazo estabelecido na Subcláusula Primeira, a DESCENTRALIZADORA estabelecerá o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do relatório.

Subcláusula Terceira - Na hipótese de descumprimento do prazo previsto na Subcláusula Segunda, a DESCENTRALIZADORA solicitará à DESCENTRALIZADA a instauração imediata de tomada de contas especial para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário.

Subcláusula Quarta - A análise do relatório de cumprimento do objeto pela unidade DESCENTRALIZADORA abrangerá a verificação quanto aos resultados atingidos e o cumprimento do objeto pactuado.

Subcláusula Quinta - A análise de que trata a Subcláusula Quarta, ocorrerá no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do recebimento do relatório de cumprimento do objeto.

Subcláusula Sexta - No caso de o relatório de cumprimento do objeto não seja aprovado ou caso seja identificado desvio de recursos, a DESCENTRALIZADORA solicitará que a DESCENTRALIZADA instaure, imediatamente, a tomada de contas especial para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo de Execução Descentralizada, a DESCENTRALIZADA, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade DESCENTRALIZADORA, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOUREO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU ou Ordem Bancária de Transferência Voluntária - OBTV, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br), portal SIAFI, informando como beneficiário o Fundo Nacional de Saúde, CNPJ 00.530.493/0001-71, e Gestora (UG) 257001 e Gestão 00001 (Tesouro):

I - Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados serão devolvidos à unidade descentralizadora até 15 (quinze) dias antes da data estabelecida para encerramento do exercício financeiro; e

II - A unidade descentralizada disponibilizará os documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora.

Subcláusula Primeira - As disposições do item I não se aplicam às descentralizações efetivadas após a data estabelecida para encerramento do exercício financeiro, hipótese em que os partícipes acordarão nova data para a devolução dos créditos.

Subcláusula Segunda - A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo DESCENTRALIZADORA, independentemente da época em que foram aportados.

Subcláusula Terceira - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa TCU 76, de 23 de

novembro de 2016, salvo se as questões que geraram o conflito não forem dirimidas na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União, conforme previsto no art. 28 do Decreto nº 10.426, de 2020.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS

Todos os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da DESCENTRALIZADORA no âmbito deste Termo de Execução Descentralizada, previstos ou não, serão de propriedade da DESCENTRALIZADA.

Subcláusula Primeira – A DESCENTRALIZADA deverá operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do instrumento.

Subcláusula Segunda - Em situações de caso fortuito ou de força maior, a DESCENTRALIZADA deverá comunicar formalmente à DESCENTRALIZADORA, anexando a competente ocorrência em órgãos oficiais, para apreciação, registros e autorização à DESCENTRALIZADA para proceder a baixa e aos efetivos registros.

Subcláusula Terceira – A DESCENTRALIZADA, nos financiamentos destinados a investimentos físicos (construção, ampliação, reforma e/ou adaptação) obriga-se a afixar Placa de Obra, na forma do disposto na Instrução Normativa nº 2, de 12 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou ato que venha a modificar ou suceder, observado o que se dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

Subcláusula Quarta - O inventário de Bens Patrimoniais a ser realizado pela DESCENTRALIZADA, após aprovação da execução física do objeto pela DESCENTRALIZADORA, integrará ao Relatório de Gestão de ambas Unidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

Constituem bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do presente instrumento, necessários à consecução do objeto, mas que não foram incorporados ao resultado deste.

Subcláusula Única – A DESCENTRALIZADA deverá garantir que, durante a vida útil do bem quando da sua utilização, a participação de usuários oriundos do SUS seja, no mínimo, igual à participação de recursos públicos despendidos no empreendimento em que se destine o objeto para a aquisição de material permanente (subitem 9.3.1 do Acórdão nº 641/2017 - TCU - Plenário, TC 012.003/2015-8).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo de Execução Descentralizada de Recursos poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - rescindido, nas seguintes hipóteses:



- a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de irregularidade em sua execução;
- c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
- e) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

Subcláusula Única - Nas hipóteses de denúncia ou de rescisão do Termo de Execução Descentralizada, os créditos orçamentários e os recursos financeiros transferidos e não executados no objeto serão devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação do evento:

I – Caso tenha havido execução orçamentária e financeira, a DESCENTRALIZADORA solicitará à DESCENTRALIZADA a apresentação do relatório de cumprimento do objeto do Termo de Execução Descentralizada de Recursos, observado o prazo estabelecido na presente Subcláusula; e

II – Não havendo apresentação do relatório de que trata o item I, a unidade descentralizadora solicitará à unidade descentralizada a instauração imediata da tomada de contas especial para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à DESCENTRALIZADORA, observada a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades DESCENTRALIZADORA e DESCENTRALIZADA.

Subcláusula Primeira - O instrumento poderá ser alterado, sem prejuízo da funcionalidade do objeto pactuado, nos seguintes casos:

- I - ajustes necessários para execução do objeto;
- II - no caso de ampliação quantitativa da execução do objeto pactuado; e
- III - para redução ou exclusão de meta.

Subcláusula Segunda - A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pela DESCENTRALIZADORA, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo a execução do objeto pactuado.

Subcláusula Terceira - As demais alterações que não impliquem modificação de valor global e da vigência do Termo de Execução Descentralizada, deverão ser registradas por apostilamento.

Subcláusula Quarta - No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

Subcláusula Quinta - As alterações que impliquem acréscimo ou decréscimo no valor do Termo de Execução Descentralizada de Recursos não se submetem ao limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo de Execução Descentralizada de Recursos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no sítio eletrônico oficial da DESCENTRALIZADORA, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da respectiva assinatura.

Subcláusula Única – A DESCENTRALIZADORA e a DESCENTRALIZADA disponibilizarão a íntegra do Termo de Execução Descentralizada de Recursos celebrado e do plano de trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – todas as comunicações relativas a este Termo de Execução Descentralizada de Recursos serão consideradas como regularmente efetuadas, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

- as comunicações serão remetidas por correspondência ou mensagens eletrônicas e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos resultantes de transmissão eletrônica não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias; e

III - as exigências deverão ser supridas através da regular instrução processual.

Subcláusula Primeira - É vedada a descentralização de créditos para pagamentos decorrentes de sentenças judiciais, nos termos do disposto no art. 100 da Constituição.

Subcláusula Segunda – A DESCENTRALIZADA deve citar a DESCENTRALIZADORA quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do Termo de Execução Descentralizada, quando necessário.

Subcláusula Terceira - As informações referentes à execução dos créditos recebidos integrarão as contas anuais da unidade descentralizada a serem apresentadas aos órgãos de controle, nos termos da legislação.

Subcláusula Quarta - Os casos omissos serão dirimidos na forma do estabelecida no Decreto nº 10.426, de 2020, e alterações posteriores, e demais normas regulamentadoras.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da

Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 2010.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

*Assinado digitalmente*

---

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE  
VASCONCELOS

Secretário Executivo Substituto  
PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Assinado digitalmente*

---

JOAO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA

REITOR  
PELO (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA

## ANEXO I

### PLANO DE TRABALHO DESCRIÇÃO DO PROJETO

1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA			
2 - CNPJ 15.180.714/0001-04	3 - EXERCÍCIO 2021	4 - UF BA	5 - N° do Processo 25000.151095/2021-92
6 - DDD	7 - FONE 32837100	8 - FAX	9 - E-MAIL jgabinete@ufba.br
10 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO 1.Programa(X) 2.Emenda ( )		11 - EMENDA N. °.	

12 - PROGRAMA 20K3 - GESTÃO, AVALIAÇÃO, INCORPORAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
13 - DESCRIÇÃO DO OBJETO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL O ÂMBITO DA CONITEC
14 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO O DGITIS é responsável pela coordenação e produção de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, documentos que visam garantir as melhores práticas para o diagnóstico, tratamento e monitoramento dos pacientes no âmbito do SUS. Por fim, cabe ressaltar a garantia de participação da sociedade por meio da realização de consultas públicas, das pautas em análise e parecer emitido pela Conitec. Para auxiliar o processo de avaliação das demandas submetidas à Conitec, no que tange à busca das melhores evidências científicas disponíveis sobre a eficácia, efetividade e a segurança de medicamentos, produtos e procedimentos, na realização de estudos de avaliação econômica sobre essas tecnologias e na elaboração de recomendações de condutas de diagnóstico, tratamento e monitoramento dos pacientes, o DGITIS conta com a parceria de diversas instituições de ensino, pesquisa e assistência de reconhecida expertise, com destaque para os membros da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS), da qual o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, faz parte desde a sua fundação em 2008.
15 - INTERESSE RECÍPROCO A parceria entre o Ministério da Saúde - MS, por meio do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde - DGITIS e a UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, por meio do Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA, tem como propósito o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas estratégias de participação social dos distintos componentes comunitários no processo de avaliação de tecnologias em saúde (ATS) no SUS.
16 - PÚBLICO ALVO A presente proposta dirige-se, principalmente, a dois públicos-alvo: a Secretaria Executiva da Conitec e os stakeholders que têm constituído os participantes protagonistas do SUS que auxiliam a Conitec, através das consultas públicas, na incorporação das tecnologias de saúde (pacientes, associações, familiares e cuidadores, profissionais de saúde, especialistas, membros dos Conselhos de Saúde).
17 - PROBLEMA A SER RESOLVIDO Qualificar a participação social e incorporar as sínteses de evidências qualitativas ao processo de ATS para melhor orientar a tomada de decisão na avaliação e incorporação de tecnologias em saúde no nível da CONITEC/SCTIE.
18 - RESULTADOS ESPERADOS 50 sínteses de evidências qualitativas 50 análises qualitativas de consultas públicas Capacitação da equipe técnica (20 profissionais) Capacitação dos stakeholders (100 pessoas na primeira etapa) Produtos técnicos e divulgação de conhecimentos teórico-científicos
19 - DIRETRIZES DO PROGRAMA A presente proposta encontra-se alinhada com as demandas, diretrizes e estratégias estabelecidas com o Plano Nacional de Saúde 2020-2023 e do Programa 5020 - Gestão, avaliação, Incorporação e Inovação Tecnológica em Saúde ao Sistema Único de Saúde, constante no PPA 2020-2023.

## ANEXO II

PLANO DE TRABALHO  
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO

1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2 - Ação 20K3- AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS	3 - PROCESSO N.º 25000.151095/2021-92
--	---	--

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4 - META	5 - ETAPA/FASE	6 - ESPECIFICAÇÃO (META/ ETAPA)	7 - INDICADOR FÍSICO		8 - PREVISÃO DE EXECUÇÃO	
			UNIDADE MEDIDA	QTDE	INÍCIO	TÉRMINO
1	1	1.Elaboração de sínteses de evidências qualitativas para subsidiar o processo de avaliação de tecnologias em saúde desenvolvido no âmbito da Conitec. / 1.1 Estabelecer um modelo de síntese de evidências qualitativas para ser aplicado na elaboração do Relatório Técnico da Conitec	PER	100	11/2021	01/2023
1	2	1.Elaboração de sínteses de evidências qualitativas para subsidiar o processo de avaliação de tecnologias em saúde desenvolvido no âmbito da Conitec. / 1.2 Realizar 50 sínteses de evidências qualitativas, com temas selecionados de acordo com a conveniência do DGITIS, para constar no RT que subsidia análise do plenário, conforme demandas para apreciação	PER	100	11/2021	10/2023
2	1	2.Desenvolvimento de análises qualitativas das contribuições enviadas no formulário de experiência e opinião das Consultas Públicas / 2.1 Elaborar um método de análise das contribuições de experiência/opinião recebidas por meio das Consultas Públicas.	PER	100	04/2022	05/2023
2	2	2.Desenvolvimento de análises qualitativas das contribuições enviadas no formulário de experiência e opinião das Consultas Públicas / 2.2 Realizar 50 análises qualitativas de contribuições enviadas no formulário de experiência e opinião das Consultas Públicas, a serem selecionadas de acordo com a conveniência do DGITIS.	PER	100	04/2022	10/2023
3	1	3 - Capacitação da equipe técnica e dos stakeholders em métodos de mobilização e participação social / 3.1 Realizar curso de treinamento e capacitação sobre as diferentes metodologias para obtenção dos dados qualitativos (para a produção de evidências qualitativas quando os achados da revisão de literatura forem insuficientes, por exemplo: grupos focais, shadowing, coletas de testemunhos etc.).	PER	100	04/2022	07/2022
3	2	3 - Capacitação da equipe técnica e dos stakeholders em métodos de mobilização e participação social / 3.2 Realizar curso on-line de treinamento e capacitação para a equipe do DGITIS sobre advocacy e literacy em saúde voltados para processos de ATS.	PER	100	05/2022	09/2022
3	3	3 - Capacitação da equipe técnica e dos stakeholders em métodos de mobilização e participação social / 3.3 Elaborar uma proposta e ministrar curso on-line sobre advocacy e literacy em saúde para cidadãos interessados em ATS, a fim de qualificar a participação de pacientes nos processos de ATS realizados pelo DGITIS.	PER	100	07/2022	10/2022
3	4	3 - Capacitação da equipe técnica e dos stakeholders em métodos de mobilização e participação social / 3.4 Treinar a equipe da Participação Social para ministrar o curso citado na atividade 3	PER	100	09/2022	12/2022
3	5	3 - Capacitação da equipe técnica e dos stakeholders em métodos de mobilização e participação social / 3.5 Realizar curso de capacitação on-line em tradução de conhecimento para a equipe do DGITIS.	PER	100	10/2022	01/2023
4	1	4 - Produção e divulgação de conhecimentos teórico-científicos de cunho qualitativo e/ou	PER	100	03/2022	09/2023

(Minuta do termo chancelada pela CONJUR/MS Processo n. 25000.003673/2020-02 e ratificada Processo 25000.000686/2021-01)

		relacionados aos processos de trabalho da equipe de participação social do DGITIS / 4.1 Participação de 07 técnicos do DGITIS e 03 da equipe da UFBA em eventos nacionais e internacionais sendo:1) sobre métodos e estudos qualitativos em saúde nos anos de 2022 a 2023 2) sobre participação social e ATS nos anos de 2022 a 2023				
4	2	4 - Produção e divulgação de conhecimentos teórico-científicos de cunho qualitativo e/ou relacionados aos processos de trabalho da equipe de participação social do DGITIS / 4.2 Elaboração de e-book voltado para o grande público sobre o tema da participação social baseada em evidências qualitativas.	PER	100	10/2022	08/2023
4	3	4 - Produção e divulgação de conhecimentos teórico-científicos de cunho qualitativo e/ou relacionados aos processos de trabalho da equipe de participação social do DGITIS / 4.3 Elaboração de vídeo voltado para o grande público sobre o tema da participação social.	PER	100	10/2022	08/2023

#### FORMAS DE EXECUÇÃO

9 - DETALHAMENTO DA FORMA DE EXECUÇÃO	RESPOSTA
Direta, por meio da utilização da força de trabalho da unidade descentralizada.	Não
Por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública.	Não
Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.	Sim

#### PLANO DE APLICAÇÃO

10 - NATUREZA DA DESPESA	11 - ESPECIFICAÇÃO	12 - CONCEDENTE	13 - CUSTO INDIRETO	14 - PERCENTUAL CUSTO INDIRETO	15 - SUBTOTAL POR NATUREZA DE GASTO (EM R\$ 1,00)
Corrente					
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.436.105,00	143.610,50	10	1.436.105,00
SUBTOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA		1.436.105,00	143.610,50	-	1.436.105,00
Capital					
SUBTOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA		0,00	0,00	-	0,00
16 - TOTAIS dos valores das despesas correntes e de capital referentes à concedente e ao proponente.		1.436.105,00	143.610,50	-	1.436.105,00

## ANEXO III

PLANO DE TRABALHO  
DETALHAMENTO DE ITEM DO PLANO DE APLICAÇÃO

1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2 - PROCESSO Nº 25000.151095/2021-92
---	---

3 - CNES	4 - Nome da Unidade Assistida	5 - Endereço	6 - Endereço da Obra (proposta de ampliação, construção, conclusão e reforma)
-	-	-	-

7 - Relação de(os) Item(ns)						
Cód. Nat. Despesa	Especificação do Item	Tipo Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 135.258,00) para Criar um método de análise das contribuições de experiência/opinião recebidas por meio das Consultas Públicas	PER	100	1.352,58	135.258,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 166.828,00) para realizar Modelo de síntese de evidências qualitativas para ser aplicado na elaboração do Relatório Técnico da Conitec.	PER	100	1.668,28	166.828,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 30.804,00) para Participação de técnicos do DGITIS e da UFBA em eventos nacionais e internacionais sobre métodos e estudos qualitativos em saúde.	PER	100	308,04	30.804,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 336.398,00) para processar 50 sínteses de evidências qualitativas, com temas selecionados de acordo com a conveniência do DGITIS	PER	100	3.363,98	336.398,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 98.560,00) para Ministras 2 cursos on-line de treinamento e capacitação para a equipe do DGITIS sobre advocacy e literacy em saúde.	PER	100	985,60	98.560,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 49.280,00) para Efetuar 1 Curso de capacitação on-line em tradução de conhecimento para a equipe do DGITIS.	PER	100	492,80	49.280,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 49.280,00) para Ministras 1 curso de treinamento e capacitação sobre as diferentes metodologias para obtenção dos dados qualitativos.	PER	100	492,80	49.280,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 190.342,00) para Elaborar uma proposta e ministrar 1 curso online sobre advocacy e literacy em saúde para cidadãos interessados em ATS	PER	100	1.903,42	190.342,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 16.500,00) para Efetuar 1 Curso de capacitação on-line em tradução de conhecimento para a equipe do DGITIS	PER	100	165,00	16.500,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 3.733,00) para Ministras 3 Oficinas de treinamento para a equipe da Participação Social.	PER	100	37,33	3.733,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 336.398,00) para Processar 50 análises qualitativas de contribuições enviadas no formulário de experiência e opinião das Consultas Públicas.	PER	100	3.363,98	336.398,00	
339039	Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (Integralização dos recursos R\$ 22.724,00) para Criar e produzir e-book voltado para o grande público sobre o tema da participação social baseada em evidências qualitativas.	PER	100	227,24	22.724,00	
Total Geral						1.436.105,00

## CUSTOS INDIRETOS

8 - O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos:	
Cód. Nat. Despesa	Justificativa

339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração e custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA
339039	Taxa de administração/custos indiretos previsto na Resolução 01/2021 CONSUNI UFBA



ANEXO IV

PLANO DE TRABALHO  
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2 - Ação 20K3 - AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS	3 - Processo N° 25000.151095/2021-92
---	--	---

CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)

4 - Ano	5 - Meta	6 - Mês					
		JAN / JUL	FEV / AGO	MAR / SET	ABR / OUT	MAI / NOV	JUN / DEZ
2022		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		461.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	975.000,00	0,00
7 - TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)							1.436.105,00

PROPONENTE (EM R\$ 1,00)

8 - Ano	9 - Meta	10 - Mês					
		JAN / JUL	FEV / AGO	MAR / SET	ABR / OUT	MAI / NOV	JUN / DEZ
2022		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - TOTAL ACUMULADO DE RECURSOS DO PROPONENTE (EM R\$ 1,00)							0,00

12 - TOTAL GERAL DOS RECURSOS (EM R\$ 1,00)	1.436.105,00
---	--------------

DA ASSINATURA

O presente Termo é assinado pelas partes, em conformidade com a legislação vigente, para produzir os efeitos legais.

Assinado digitalmente por:

1. ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS:46678255534 em 10/11/2021 19:10:27, Secretário Executivo Adjunto - Secretaria Executiva
2. JOAO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA:35647442587 em 23/11/2021 11:35:21, REITOR - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



Emitido por: JRDLJ/2021

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<http://aplicacao.saude.gov.br/bgsiconvws/pages/visualizarDocumentoDigital.jsf?codigo=822085&crc=0ba9ea94>

(Minuta chancelada pela CONJUR/MS no Processo n. 25000.003673/2020-02)